

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.311 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 5 DE JUNHO DE 2001

## Congresso discute crise energética com ministros

Pedro Parente e José Jorge participam hoje de audiência pública conjunta da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado e da comissão mista especial que estuda o problema da energia elétrica no país

PÁGINA 4



A crise de energia deve ser um dos principais assuntos do dia no Congresso, incluindo debates com ministros, dirigentes de órgãos do setor, um empresário e pesquisadores

**1** Antonio Ermírio debate na CAE privatização do setor elétrico

PÁGINA 4

**2** CI avalia racionamento com autoridades e pesquisadores

PÁGINA 4

**3** Alcântara critica “tarifaço” e Saturnino aponta submissão do governo ao FMI

PÁGINA 5

**Fraga e Tereza Grossi explicam socorro aos bancos Marka e FonteCindam**

PÁGINA 5

**Senado vota empréstimos para saneamento e microempresas**

PÁGINA 2

# Plenário vota pedidos de empréstimos externos

Banco do Nordeste do Brasil pretende contratar crédito de US\$ 150 milhões para apoio a pequenas e médias empresas, e o Distrito Federal deseja US\$ 130 milhões para financiar parcialmente seu Programa de Saneamento Básico

Em regime de urgência, o Senado vota hoje dois pedidos de autorização para a contratação de empréstimos externos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O primeiro pedido de autorização é para que o Banco do Nordeste do Brasil contrai empréstimo de US\$ 150 milhões para financiar parcialmente o Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas, situadas no nordeste e no norte de Minas Gerais e Espírito Santo. O empréstimo obriga a uma contrapartida interna equivalente a US\$ 150 milhões, prevendo o programa, portanto, uma aplicação total de US\$ 300 milhões.

Na mesma sessão, o Plenário decide se autoriza o governo do Distrito Federal a contratar operação de até US\$ 130 milhões, destinada a financiar, parcialmente, seu Programa de Saneamento Básico.

Também hoje, o Senado vota projeto alterando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para reduzir os custos da relação de emprego e incentivar a formalização do mercado de trabalho. A CLT poderá ganhar um dispositivo estabelecendo que os benefícios concedidos pelo empregador relativos a educação, transporte e assistência médica não integram o salário. O projeto também revoga o artigo que determina a autenticação de livros de registro de empregados, procedimento ultrapassado em vista dos mecanismos de controle hoje existentes.

Em segundo turno, o Senado realiza o primeiro dia de discussão da proposta de emenda à Constituição do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que transforma os integrantes da carreira de policial militar do ex-território de Rondônia em quadro em extinção da administração federal. O texto estabelece que esses policiais continuarão prestando serviço ao estado de Rondônia, na condição de cedidos pela União.



TERÇA-FEIRA, 5 DE JUNHO DE 2001

AGENDA

Presidente  
Senador Jader Barbalho

18h — Recebe membro do Conselho de Estado da República Popular da China  
18h30 — Recebe Jack Leon Terpins, presidente da Confederação Israelita do Brasil

## PLENÁRIO

## 14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 2/01, acrescenta parágrafos ao art. 58 e dá nova redação ao parágrafo 2º do art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43 — jornada de trabalho, transporte de trabalhadores e salário *in natura*; PR nº 22/01, autoriza o Banco do Nordeste do Brasil a contratar, com a garantia do Brasil, operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 150 milhões, de principal, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada ao financiamento parcial do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas (PEM); PR nº 23/01, autoriza o governo do Distrito Federal a contratar, com a garantia do Brasil, operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 130 milhões, de principal, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Saneamento Básico no Distrito Federal; segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 37/00, que dispõe sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do ex-território federal de Rondônia; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; Requerimento nº 255/01, da senadora Heloisa Helena, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nºs 622 e 628, de 1999, por regularem a mesma matéria; e Requerimento nº 256/01, do senador Paulo Hartung, solicitando a retirada, em caráter definitivo, da PEC nº 23/00.

## COMISSÕES

## 10h — Reunião conjunta das comissões de Fiscalização e Controle e de Assuntos Econômicos

Pauta: exposição do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, e da diretora de Fiscalização, Tereza Cristina Grossi Togni, acerca dos fatos veiculados pela revista *Veja* (caso Marka-FonteCindam). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

## 10h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: audiência pública com a finalidade de esclarecer o processo de racionamento do uso de energia elétrica no país. Convidados: José Mário Miranda Abdo, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Mário Fernando Santos, presidente do Operador Nacional do Sistema (ONS); professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Luis Pinguelli Rosa e Maurício Tolmasquim; Ildo Sauer, da Universidade de São Paulo (USP), e o pesquisador Bautista Vidal.

Após a audiência pública — PLS nº 26/01, altera a relação descritiva das rodovias do Plano Nacional de Viação aprovado pela Lei nº 5.917/73, para inclusão de novo trecho; PLS nº 669/99, altera dispositivo da Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; PLS nº 653/99, altera a Lei nº 9.432/97, que dispõe sobre o ordenamento do transporte aquaviário, para redefinir as condições de operação de embarcação estrangeira na navegação interior e de cabotagem; Requerimento nº 12/01, do senador Ricardo Santos, solicitando a constituição de uma comissão temporária interna composta de sete membros titulares para, no prazo de 180 dias, acompanhar, avaliar e recomendar medidas complementares ao Poder Executivo, considerando o quadro de escassez na oferta de energia elétrica no país; Requerimento nº 14/01, do senador Carlos Patrocínio, solicitando a convocação do ministro de Minas e Energia, senador José Jorge, a fim de prestar esclarecimentos sobre o Programa de Enfrentamento da Crise de Energia Elétrica; e Requerimento nº 15/01, do senador Ricardo Santos, solicitando

audiência pública sobre os "efeitos da seca e o planejamento de ações emergenciais e estruturantes". *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*  
11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 144/99, dispõe sobre a veiculação de programação educativa para crianças, por meio de canais de radiodifusão de sons e imagens, e estabelece sanções pelo seu descumprimento; PLS nº 51/01, dispõe sobre a liberação de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); PLC nº 100/00, acrescenta parágrafo ao artigo 26 da Lei nº 9.394/96, que dispõe sobre a inclusão da matéria de Informática nos currículos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus; PLC nº 27/98, institui o Programa Nacional de Apoio à Infância e dispõe sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar; PLC nº 27/01, dá nova denominação ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep); PLC nº 20/01, denomina "Rodovia Governador Mário Covas" a BR-101; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*  
13h30 — Reunião da Comissão Mista Especial para Estudar a Crise de Energia

Pauta: instalação e eleição do presidente, vice-presidente e indicação do relator. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

14h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: examinar o resultado das contas públicas de 2000 do governo federal, quando se deu o cumprimento das metas acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). *Plenário nº 2 do Anexo Luis Eduardo Magalhães — Câmara dos Deputados*

17h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: audiência pública destinada a instruir a tramitação do PLS nº 32/01, que altera a Lei nº 9.491/97, para excluir o setor elétrico do processo de privatização.

Convidados: Afonso Henriques Moreira Santos, secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia; e Antonio Ermírio de Moraes, presidente do grupo Votorantim. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Mensagem nº 1/01, submete à apreciação do Senado o nome de Marisa Almeida Del'Isola e Diniz para exercer o cargo de diretora-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin); Mensagem nº 112/01, submete à apreciação do Senado o nome de Pedro Luiz Carneiro de Mendonça para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o cargo de embaixador junto à República de Seicheles e à República de Madagascar; e PDL nº 4/99, aprova o texto do acordo comercial celebrado entre o governo do Brasil e da Indonésia. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

Após a ordem do dia — Reunião conjunta das comissões Mista Especial para Estudar a Crise de Energia e de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: exposição dos ministros Pedro Parente, presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, e José Jorge, de Minas e Energia. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

## PREVISÃO

## PLENÁRIO

## Quarta-feira

## 14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 37/00, que dispõe sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do ex-território federal de Rondônia; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 44/00, altera o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição federal, dispõe sobre a renúncia do presidente da República, dos governadores de estado e do Distrito Federal e dos prefeitos aos respectivos mandatos para que possam concorrer à reeleição; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

## Quinta-feira

## 10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; e Requerimento nº 250/01, do senador Roberto Saturnino, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 209/00, de sua autoria; e substitutivo da Câmara ao PLS nº 63/89, que dispõe sobre a construção de logradouros e edifícios de uso público e de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência física, nos termos do parágrafo 2º do art. 227 e do art. 244 da Constituição federal.

## Sexta-feira

## 9h — Sessão não deliberativa

## COMISSÕES

## Quarta-feira

## 9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: entre outros, Aviso nº 138/00, encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 570/00, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada em diversos órgãos relativa ao projeto de reforço à reorganização do Sistema Único de Saúde (Reforus), no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica TCU/Reino Unido; PLC nº 3/01, altera dispositivos da Lei nº 6.019/74, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros; PLC nº 30/01, altera a redação do art. 467 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que dispõe sobre o pagamento de verbas rescisórias em juízo; PLS nº 79/00, altera a Lei nº 8.080/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes; PLS nºs 526 e 538, de 1999, alteram a Lei nº 7.802/89, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes afins; PLS nº 227/00, inclui, na Lei nº 8.406/92, artigo que estabelece a gratuidade da emissão de extratos bancários referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

## 10h — Comissão de Educação

Pauta: audiência pública para instruir o PLS nº 575/99, que altera a Lei nº 9.612/98, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Convidados: Paulo Roberto Menicucci, secretário de Serviços de Radiodifusão do Ministério das Comunicações; deputado Walter Pinheiro, líder do PT; Jarbas José Valente, superintendente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Liliana Nakonechny, diretora de Tecnologia da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações (SET); e Alexandre Jobim, consultor jurídico da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

## 10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: entre outros, Mensagem nº 125/01, submete à apreciação do Senado a escolha de Paulo Geraldo de Oliveira para compor o Superior Tribunal de Justiça; emendas de plenário nºs 2 e 3 à PEC nº 61/99, dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal; PLS nº 219/00, define a Unidade de Fiança Penal (UFP), altera artigos do Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

## Após a ordem do dia — CPI das ONGs

Pauta: reunião administrativa. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

## Quinta-feira

9h — Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática

Pauta: audiência pública sobre as iniciativas oriundas do Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria do Cinema (Gedic) para a criação de uma nova política para o cinema brasileiro.

Convidados: ministro da Cultura, Francisco Corrêa Weffort; produtor de cinema Luiz Carlos Barreto; distribuidor de cinema Rodrigo Saturnino Braga. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti  
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretora da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# CE examina projeto que assegura alimentação a crianças e gestantes

A matéria será votada hoje em reunião às 11h30. Também deve ser votada pela Comissão de Educação proposta que trata da veiculação de programas educativos infantis na TV

Entre os 25 projetos da pauta da reunião que a Comissão de Educação realiza hoje, às 11h30, destaca-se o que institui o Programa Nacional de Apoio à Infância, cuja finalidade é garantir alimentação a gestantes e crianças de zero a sete anos. De autoria da deputada Rita Camata (PMDB-ES) e do então deputado Hélio Bicudo (PT-SP), a matéria recebeu parecer favorável do relator, senador Hugo Napoleão (PFL-PI), na forma de substitutivo.

Os autores justificam o projeto sob o argumento de que, "garantindo a alimentação das gestantes e crianças de zero a sete anos, o país estará garantindo seu

futuro social e econômico". Também com parecer favorável de Hugo Napoleão, a comissão votará projeto da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) que dispõe sobre a liberação de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Outra matéria que será apreciada pela CE trata da veiculação de programação educativa para crianças em canais de televisão e estabelece sanções pelo seu descumprimento. A proposta é do senador Pedro Simon (PMDB-RS) e deverá ser votada em caráter terminativo. O texto recebeu parecer favorável do relator, senador Nilo Teixeira (PSDB-RJ), que



Hugo Napoleão, relator, emitiu parecer favorável à proposta, na forma de substitutivo

também acolheu, como relator, proposta da Câmara que estabelece a inclusão da matéria de Informática nos currículos de ensino fundamental e médio.

O senador Fernando Matusalém (PPB-RO) é relator do projeto que dá nova denominação ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Já Álvaro Dias (PSDB-PR) dará parecer ao projeto que denomina "Rodovia Governador Mário Covas" a BR-101.

Constarão ainda da pauta 19 projetos de decreto legislativo solicitando autorização de funcionamento de emissoras de rádio e televisão em vários municípios do país.



Álvaro Dias é presidente da CPI, que realiza hoje sua primeira reunião fora de Brasília

## Audiência discute no Recife futebol e legislação

A CPI do Futebol realiza hoje, na Assembléia Legislativa



de Pernambuco, em Recife, a primeira audiência pública fora de Brasília. Será discutido o tema "Futebol e Legislação". Participarão como palestrantes na reunião, que começará às 9h, o deputado estadual Sebastião Rufino, o ex-jogador Salomão Couto, o presidente da Federação Pernambucana de Futebol, Carlos Alberto Oliveira, e o radialista Aderval Barros.

A próxima reunião fora de Brasília será no Rio de Janeiro.

Além de levantar as irregularidades cometidas por clubes, conforme denúncias que levaram à criação da comissão, a CPI, explicou seu presidente, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), tem entre as incumbências propor mudanças na legislação.

## CRE decide se aprova nome de diretora da Abin

Na reunião de hoje, às 17h30, os senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deverão decidir sobre a indicação de Marisa Almeida Del'Isola e Diniz para o cargo de diretora-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Na mesma reunião, a CRE, presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), deve apreciar a indicação de Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, ministro de segunda classe da carreira de diplomata, para exercer, cumulativamente com o cargo de embaixador junto à República de Moçambique, o de embaixador na República de Seicheles e República Democrática de Madagascar.



Edison Lobão é um dos autores do requerimento para a realização do debate



Pedro Simon, que também assinou o pedido de audiência, quer discutir o sistema atual de concessão

## TV comunitária será debatida amanhã em audiência pública

A Comissão de Educação realiza audiência pública amanhã, às 10h, para debater projeto do senador Paulo Hartung (PPS-ES) que institui o serviço de televisão comunitária. A proposta modifica a Lei nº 9.612, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária. Os senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Pedro Simon (PMDB-RS) são os autores do requerimento.

Os dois senadores pretendem que a reunião sirva para aprofundar o debate sobre a programação das emissoras de TV e o sistema de concessão dos serviços de radiodifusão de sons e imagens. Em reuniões anteriores alguns membros da CE solicitaram a instalação do Conselho de Comunicação, instituído pela Constituição

de 1988. O conselho, lembram os senadores, tem entre as atribuições a definição dos requisitos para a outorga dos serviços de rádio e televisão comunitárias.

Foram convidados para participar da audiência pública o secretário de Serviços de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, Paulo Roberto Menicucci; o líder do PT na Câmara, deputado Walter Pinheiro (BA); o superintendente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Jarbas José Valente; a diretora de Tecnologia da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão e Telecomunicações, Liliana Nakonechny; e Alexandre Jobin, consultor Jurídico da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).

## Quintanilha elogia programa da UCB em favor do idoso

Ao elogiar a iniciativa da Universidade Católica de Brasília (UCB) de abrir a instituição para pessoas com mais de 50 anos voltarem a estudar, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) chamou a atenção para a importância de as escolas de ensino superior oferecerem vagas sem a necessidade de exame vestibular a pessoas dessa faixa etária. A admissão ocorreria apenas mediante a comprovação de que o segundo grau foi concluído.

Segundo o senador, a abertura da UCB para os idosos ocorrerá já no próximo semestre com a criação do curso de mestrado em Gerontologia Social. Haverá também curso especial para formar cuidadores domiciliares de idosos. A Católica de Brasília será a primeira instituição no Distrito Federal a abrir seus cursos para a terceira idade.

— A Universidade Católica já vem prestando excelentes serviços para a comunidade da terceira idade por meio da alfabetização de idosos — informou o senador. Segundo disse, nos últimos quatro anos o programa garantiu a alfabetização de mais de 12 mil pessoas, além de ter criado o Núcleo de Valorização e Estudo do Envelhecimento, que reúne mensalmente mais de 400 idosos para ouvirem palestras e apresentarem suas reivindicações — disse.

Na opinião do senador, também é importante que o Senado, por intermédio da Subcomissão Permanente do Idoso, possa interagir com as universidades brasileiras no sentido de conseguir a efetivação de pesquisas sobre o envelhecimento humano e a criação de cursos de especialização em Geriatria e Gerontologia Social.



Quintanilha: Universidade Católica de Brasília garantirá o acesso, sem vestibular, de pessoas da terceira idade

# Comissões ouvem ministros sobre crise energética

Pedro Parente e José Jorge falam hoje em reunião conjunta da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado e da comissão mista especial, que terá como relator o senador Paulo Souto

O Congresso Nacional aprofunda hoje a discussão sobre a crise energética que o país atravessa, ao tomar os depoimentos do presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, ministro Pedro Parente, e do ministro de Minas e Energia, José Jorge. Os dois serão ouvidos após a ordem do dia, pela comissão mista criada para estudar as causas da crise de abastecimento de energia e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) do Senado Federal.

No início da tarde, a comissão mista, que já teve seus membros



indicados pelas lideranças dos partidos na Câmara e no Senado, realiza a reunião de instalação, quando o deputado Antônio Cambráia (PSDB-CE) deve ser oficializado como presidente da comissão e o senador Paulo Souto (PFL-BA), como relator.

A iniciativa de que os ministros fossem ouvidos em conjunto pelas duas comissões foi do presidente da CI, senador José Alencar (PMDB-MG). A CI tentou realizar, a requerimento do senador Paulo Hartung (PPS-ES), reunião para debater o assunto em maio, mas Parente e José Jorge não compareceram.



O ministro Pedro Parente preside a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica



José Jorge, ministro de Minas e Energia, havia sido convidado para debate em maio

## CI promove nova audiência pública com especialistas

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realiza hoje, às 10h, audiência pública com as presenças do diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Miranda Abdo; do presidente do Operador Nacional do Sistema (ONS), Mário Fernando Santos; dos professores Luis Pinguelli Rosa e Maurício Tolmasquim, ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); do professor Ildo Sauer, da Universidade de São Paulo (USP); e do pesquisador Bautista Vidal.

A audiência pública foi requerida pela senadora Heloísa Helena (PT-AL) e por Paulo Hartung (PPS-ES).

Antes da audiência, a CI vota, em decisão terminativa, projeto do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. O relator, senador Arlindo Porto (PTB-MG), emitiu parecer favorável à aprovação do projeto.

A comissão aprecia ainda projeto do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) que redefine as condições de operação de embarcação estrangeira na navegação interior e de cabotagem. A relatora da matéria, senadora Heloísa Helena, é favorável à aprovação.

Na mesma reunião, será votado requerimento do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) que solicita a realização de uma audiência pública para que o ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, e o coordenador da Câmara Setorial Extraordinária de Convívio com a Seca, Wagner Bittencourt de Oliveira, prestem esclarecimentos sobre as medidas que vêm sendo tomadas para o combate à seca que atinge vários municípios brasileiros.

## Antonio Ermírio presta depoimento na CAE

O empresário Antonio Ermírio de Moraes, do Grupo Votorantim, deverá comparecer hoje, às 17h, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para debater, com representante do governo e com os senadores, o programa de privatização na área de energia elétrica. Os senadores Paulo Hartung (PPS-ES) e Roberto Freire (PPS-PE) apresentaram projeto que exclui o setor elétrico do programa, justificando a exclusão pelos des-

Moraes têm atuação forte no setor de alumínio, que responde por 10% de todo o consumo de energia elétrica no país. O setor deverá ser atingido em cheio pela crise de racionamento de energia elétrica, mesmo sendo o empresário também um gerador de energia.

Antônio Ermírio está há 13 anos

tentando obter do governo autorização para construir uma usina hidrelétrica própria, sem sucesso. Seu projeto encontra-se atualmente no Ministério Público, para onde foi encaminhado pelo Poder Executivo, segundo o empresário. Ele deverá aproveitar a reunião para apresentar o seu diagnóstico so-

bre a atual crise energética, detalhando o que considera erros estratégicos cometidos pelo governo e os erros do programa de privatização, que não conseguiu atrair investimentos privados para a geração de energia elétrica nos níveis requeridos pelo crescimento da demanda nacional.



José Agripino busca subsídios para oferecer relatório

certos cometidos pelo governo no setor, que teriam contribuído em muito para a atual crise energética vivida pelo país.

A reunião especial da CAE para discutir a privatização no setor energético foi solicitada pelo relator da matéria, senador José Agripino (PFL-RN), que quer, desse modo, colher o máximo de subsídios para o seu parecer final sobre o projeto de lei de Hartung e Roberto Freire.

O governo vai estar representado na reunião da CAE pelo secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia, Afonso Henriques Moreira Santos, ex-dirigente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

As empresas do grupo do empresário Antônio Ermírio de

## Projeto exclui setor elétrico da privatização

O projeto que exclui o setor elétrico do processo de privatização, apresentado pelos senadores Roberto Freire (PE), Paulo Hartung (ES) e Carlos Wilson (PE), todos do PPS, recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a partir de relatório do senador Roberto Requião (PMDB-PR) acolhido por unanimidade, e está agora na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa. Isso significa que, aprovado pela CAE, o projeto seguirá para a Câmara dos Deputados, exceto se houver recurso de pelo menos um décimo dos senadores para que seja votado em Plenário.

Apresentado no dia 21 de março último, o projeto altera a legislação sobre o Programa Nacional de Desestatização para afirmar que os dispositivos da lei não devem ser aplicados às empresas públicas ou sociedades de economia mista do setor de geração e transmissão de energia. Na justificativa da proposta, os três senadores do PPS afirmam que a atividade do setor elétrico é extremamente complexa e importante e que a decisão a respeito de sua privatização não pode ser tomada com base em autorização legislativa genérica e sem a

participação efetiva do Congresso Nacional. "Esse setor, fundamental e estratégico para a economia, encontra-se no momento diante da possibilidade de grave crise, à medida que a tímida retomada do desenvolvimento experimentado pelo país traz consigo o risco de seu colapso, com apagões e outros cortes no fornecimento de energia."

Os autores da proposta acrescentam que não se opõem, por princípio, à participação do capital privado no setor. "O presente projeto de lei, se aprovado, resultará numa firme sinalização dos poderes públicos no sentido de que se realizem investimentos de vulto no setor elétrico, com a construção de usinas termoeletricas e mesmo pequenas hidrelétricas, além de outras formas de produção de energia, ditas alternativas. Esse setor, fique claro, deve estar aberto à participação do capital privado."

Para os três senadores, entretanto, "as atuais geradoras e transmissoras de energia elétrica, públicas, assim devem continuar, até para evitar que soluções de continuidade de uma privatização apressada impliquem a crise do setor e/ou, junto a isso, o aumento da tarifa para os consumidores, com os consequentes efeitos nefastos



Os senadores Roberto Freire, Paulo Hartung e Carlos Wilson defendem investimentos de vulto no setor elétrico

# Alcântara protesta contra "tarifaço" de energia

Ao advertir que tributos provisórios acabam se tornando permanentes, senador reconhece ter faltado planejamento ao governo para evitar crise

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) protestou ontem contra a disposição do governo de cobrar adicionais que variam de 50% até 200% sobre o preço da energia elétrica para consumidores que gastam mais de 200 kWh por mês. Segundo ele, todo tributo provisório acaba se tornando permanente no Brasil,

e as tarifas de energia elétrica já subiram 175% nos últimos cinco anos, o dobro da inflação no período. "Tarifaço será para sempre", advertiu, em discurso pronunciado antes de o governo anunciar mudanças no plano de racionamento.

Para Alcântara, a crise de energia é séria, sendo indispensável a colaboração de toda a população. Mas o governo não pode se aproveitar da crise para promover aumento desmedido de tarifas de energia e tampouco é possível aceitar que as regras de racionamento sejam mais rígidas para o Nordeste do que para o resto do



Segundo Alcântara, governo precisa abrir mão da "rigidez financeira" e adotar medidas emergenciais

país, enfatizou.

Ele reconheceu ter faltado planejamento ao governo. "Houve desencontros

entre investidores e governo, demora na fixação dos preços do gás natural e na construção de termelétricas. É claro que houve escassez de chuvas, mas esse não foi o fator determinante da crise. Agora precisamos adotar um plano emergencial que depende, fundamentalmente, da colaboração de todos", afirmou.

Segundo o senador pelo Ceará, o governo precisa abrir mão da atual "rigidez financeira" e adotar medidas emergenciais, como comprar termelétricas flutuantes, zerar

alíquotas para a importação de geradores a diesel, bem como adotar programas para aproveitamento de energia solar e eólica (dos ventos), que podem representar uma boa solução para o Nordeste. "Não podemos aceitar que se adotem tarifaços — uma solução fácil —, ao invés de recorrer à criatividade", advertiu.

Alcântara também lembrou ao Plenário que hoje a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza audiência pública com o empresário Antonio Ermírio de Moraes e com o secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia, Afonso Henriques Moreira Santos, a fim de debater saídas criativas para a crise.



## Saturnino: submissão ao FMI gerou a crise

A crise energética que afeta o país tem origem na submissão do governo brasileiro às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI), afirmou ontem o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), baseando-se em trabalho divulgado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Segundo Saturnino, o BNDES revelou que o FMI proibiu investimentos na área de energia elétrica — além de outros setores — devido ao programa de privatização.

Saturnino disse que as autoridades governamentais, inclusive o presidente da República, foram devidamente informadas sobre o crescimento da demanda, a paralisação da oferta de energia elétrica e as conseqüências desse quadro. "O governo estava avisado e tomou a decisão consciente de acatar a imposição do FMI em detrimento do povo brasileiro. Outras mazelas sociais derivam desse acatamento, como o aumento da miséria, o de-



Saturnino ressalta que o FMI proibiu investimentos na área de energia devido ao programa de privatização

semprego, o crescimento da dívida externa e a remessa para o exterior de lucros e dividendos feita de maneira indiscriminada", assinalou.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse, em aparte, que nessa crise há um fato a ser comemorado: a consciência cívica da sociedade brasileira, que está contribuindo espontaneamente para o racionamento de energia. Ele aproveitou para pedir ao presidente Fernando Henrique que abrande as medidas previstas pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, especialmente o "tarifaço". Tebet quer que o gover-

no aguarde o resultado do esforço espontâneo da sociedade antes de decidir aumentar as tarifas.

Saturnino chamou ainda atenção para a situação do setor de extração de petróleo, que está sendo loteado entre empresas estrangeiras, em vez de alavancar a indústria nacional. Para ele, esse loteamento atende apenas a grandes interesses financeiros internacionais representados pelo FMI. O senador entende que o momento não é de provocar mais tumulto, mas, ultrapassada a crise, é preciso apurar responsabilidades.



Armínio Fraga deverá explicar aos senadores a lógica da montagem das operações de socorro ao sistema financeiro

## Fraga e Tereza Grossi falam hoje no Senado

O presidente do Banco Central do Brasil (BC), Armínio Fraga, e a diretora de Fiscalização daquela instituição, Tereza Cristina Grossi Togni, participam hoje, às 10h, de reunião conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Fiscalização e Controle (CFC) para dar explicações aos senadores sobre a operação de socorro montada em janeiro de 1999 para salvar os bancos Marka e FonteCindam.

Os dirigentes do Banco Central devem aproveitar a oportunidade para esclarecer a lógica da montagem das operações de socorro ao sistema financeiro em geral, nos casos de risco sistêmico (risco de quebra em cadeia de várias instituições financeiras), que foi o argumento utilizado na época para salvar os dois bancos, o primeiro de Salvatore Cacciola, hoje fugitivo da Justiça brasileira e residente na Itália.

A operação de socorro aos dois bancos que atuavam no mercado financeiro, movimentando recursos até 30 vezes superiores ao seu capital, foi decidida pelo então presidente do Banco Central Francisco Lopes imediatamente após a entrada em vigor da nova política cambial flutuante, em substituição ao sistema de "bandas". Lopes alegou a existência de risco sistêmico para justificar o socorro, que teria custado ao governo US\$ 1,6 bilhão de dólares.

A atual diretora de Fiscalização do Banco Central, Tereza Grossi, fazia parte da equipe que decidiu pela operação de socor-

ro aos dois bancos. O BC atualmente não aceita o cálculo que atribui o valor de US\$ 1,6 bilhão ao custo daquela operação de socorro.

Antes dessa operação, por ocasião da implantação do Plano Real, o BC, também sob a mesma alegação, havia definido uma megaoperação de socorro a vários bancos, através do Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional), que à época custou ao país o equivalente a US\$ 27 bilhões (a paridade cambial, então, era de um dólar para um real). O Proer foi criado em 3 de novembro de 1995, pela Medida Provisória nº 1.179 e pela Resolução 2.208, do BC.

Durante a reunião conjunta de hoje da CAE/CFC, vários senadores querem examinar mais acuradamente os fundamentos do Proer e da existência de risco sistêmico que sirvam de justificativa a operações de socorro a instituições financeiras que caminhavam para a falência.

Pretendem, também, como os senadores Ademir Andrade (PSB-PA) e José Alencar (PMDB-MG), questionar a estratégia central da atual política econômica, que persegue superávits primários (receita tributária menos despesas, à exceção dos juros da dívida pública) equivalentes a 4% do PIB (Produto Interno Bruto) ou mais, conforme acertado com o FMI (Fundo Monetário Internacional), em detrimento dos investimentos para setores prioritários como os de energia elétrica e transportes.



Tereza Grossi fazia parte da equipe do Banco Central que decidiu pelo socorro aos bancos Marka e FonteCindam

# Mozarildo Cavalcanti prega fortalecimento do Mercosul

Na opinião do senador, o governo deveria incentivar o desenvolvimento do bloco, em vez de apontar suas fragilidades

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu o fortalecimento do Mercosul, ressaltando a necessidade de os países de uma mesma região agirem em bloco para obter resultados positivos em uma economia crescentemente globalizada e cada vez mais competitiva. O processo de revolução tecnológica, afirmou, ocorreu e ocorre de maneira desigual no mundo, intensificando as desigualdades preexistentes. Os blocos regionais surgiram então como alternativa, especialmente para os chamados países emergentes, de inserção em um mercado mundial competitivo.

Mozarildo chamou a atenção para a importância do tema no momento em que avançam as tratativas em torno da implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Nas condições atuais da economia mundial, disse o senador, é impossível a qualquer um dos países da América do Sul e do Caribe inserir-se isoladamente no mercado mundial. Por outro lado, observou,



Mozarildo diz que integrar sem negociação prévia um megabloco como a Alca "seria suicídio"

integrar sem negociação prévia um megabloco como a Alca, liderado por economias mais fortes, "seria suicídio".

Para o senador, o governo deveria fortalecer o Mercosul, em vez de insistir em apontar suas fragilidades, como as estratégias de desenvolvimento nacional ainda assimétricas, a grande vulnerabilidade externa e os desníveis sociais. Os acordos celebrados no setor automotivo atestam

a viabilidade de uma integração solidária, fixando normas para a atração de investimentos e criando condições favoráveis para implantação de um modelo industrial para o bloco, destacou.

O senador defendeu também a participação do Congresso nas discussões sobre o tema, que devem ser abertas à sociedade, "para que o Executivo não fique isolado em assunto de tamanha magnitude".

## Mauro alerta para os riscos da adesão à Alca

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) alertou para os perigos que cercam a globalização, quando um país entra num bloco de integração econômica continental como a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) sem tomar as devidas cautelas. Ele lembrou que a esmagadora superioridade econômica dos Estados Unidos e do Canadá em relação aos países do centro e do sul do continente poderá fazer da Alca nada mais do que um instrumento de seu pleno domínio sobre os mercados latino-americanos.

Segundo Mauro Miranda, até 2005, quando a Alca deverá entrar em vigor, o Brasil precisa identificar os setores da economia que estão aptos a enfrentar a concorrência, bem como aqueles que seriam prejudicados, com a finalidade de modernizá-los. "Será preciso, também, fortalecer blocos regionais, como é o caso do Mercosul", afirmou.

O senador por Goiás reconheceu ser impossível evitar a globa-



Mauro Miranda considera impossível evitar a globalização, mas quer que o Brasil se prepare para a Alca

lização, porque seria selar o destino do país como pobre e periférico, incapaz de enfrentar os desafios dos tempos modernos. Mas, lembrou ele, ao entrar na Alca, o Brasil precisa conhecer, por exemplo, como serão tratados os subsídios agrícolas. Se os EUA continuarem a subsidiar, maciçamente, sua agricultura, o impacto negativo sobre exportações brasileiras será catastrófico, advertiu.

Ele lamentou que o Mercosul não tenha conseguido, até hoje, superar suas fragilidades, tais como a persistência de sofríveis indicadores sociais, a ausência de visões macroeconômicas conjuntas, que se reflete na incompatibilidade das políticas cambiais adotadas, e a falta de unidade entre os parceiros, abrindo caminho para aproximações bilaterais com os Estados Unidos, como ocorreu com o Chile e pode acontecer com a Argentina.

Mauro Miranda enfatizou ser urgente que governantes, parlamentares, empresários e economistas brasileiros se debruçam sobre a realidade econômica continental para aquilatar os possíveis resultados que advirão de uma América sem barreiras comerciais. "As decisões sobre globalização devem, necessariamente, ser tomadas a partir da perspectiva nacional. E o fortalecimento e até expansão do Mercosul é parte da solução", sustentou o senador.

## Osmar Dias quer valorizar turismo em Foz do Iguaçu

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) defendeu ontem a valorização de Foz do Iguaçu por meio do fortalecimento da segurança, da divulgação internacional de seu potencial turístico e da transformação da cidade em Zona de Livre Comércio, proposta incluída em projeto que ele está rerepresentando esta semana.

Osmar Dias informou que cerca de 150 mil brasileiros atravessam Foz do Iguaçu em direção a Cidade do Leste, no Paraguai, para fazer compras, negócio que movimentam anualmente cerca de US\$ 12 bilhões, fazendo com que o Brasil perca em divisas em torno de US\$ 10 bilhões.

— Do jeito que está, a economia do país vem sendo burlada — disse Osmar Dias, ao argumentar que a proposta pode aquecer o comércio e atrair turistas.

O senador lembrou que da primeira vez que apresentou o projeto o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, manifestou-se contrário à sua aprovação. Para ele, o secretário deveria debater a criação da Zona de Livre Comércio em Foz do Iguaçu com os moradores.

Osmar Dias afirmou que a falta de segurança aterroriza os



Osmar Dias rerepresenta projeto que transforma Foz do Iguaçu em Zona de Livre Comércio

habitantes de Foz do Iguaçu e afasta o turista, ocasionando desemprego. Ele acrescentou que a cidade tem sido a porta de entrada de mercadorias ilegais, lembrando que o responsável pela segurança em uma cidade de fronteira é o governo federal.

Outro ponto que o senador considera importante para o desenvolvimento de Foz do Iguaçu é a divulgação internacional do potencial turístico da cidade por parte da Embratur. Osmar Dias lembrou que a cidade tem quase 300 quedas-d'água, três aeroportos e um parque com 185 mil hectares de floresta tropical, onde se encontram as Cataratas do Iguaçu.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h30 — *Cidadania* — O sen. Nilo Teixeira e a diretora de formação profissional do Senac, Léa Viveiros, falam sobre formação profissional  
7h30 — *Entrevista* — A sen. Marina Silva fala sobre desenvolvimento sustentável  
8h — *Jornal do Senado*  
8h30 — *Saúde/Unip* — Alcoolismo, doença na família — Parte 2  
9h — *As Cores do Brasil* — Rio Grande do Norte  
9h30 — *Entrevista* — O ministro da Defesa de Timor Leste, Roque Rodrigues, fala sobre a Conferência dos Ministros de Defesa dos Países de Língua Portuguesa  
10h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura — Audiência pública sobre o racionamento de energia, com José Mário Abdo (Aneel); Mário Fernando Santos (presidente do Operador Nacional do Sistema); Luís Pinguelli Rosa (professor da UFRJ); Ildo Sauer (professor da USP); Maurício Tolmasquim (professor da UFRJ) e o pesquisador Bautista Vidal (ao vivo)  
Logo após — Reunião conjunta das comissões de Fiscalização e Controle e de Assuntos Econômicos — Audiência pública com Tereza Grossi, diretora de Fiscalização e Controle do Banco Central, e Armínio

Fraga, presidente do BC, sobre o caso Marka-FonteCindam (ao vivo)  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após — Reunião conjunta da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e da Comissão Mista sobre a Crise Energética — audiência pública com os ministros Pedro Parente e José Jorge  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — Audiência pública com Tereza Grossi, diretora de Fiscalização e Controle do Banco Central, e Armínio Fraga, presidente do BC, sobre o caso Marka-FonteCindam (gravado)  
Logo após — Sessão plenária (reapresentação)

#### RÁDIO SENADO

7h — Música, informação e serviços  
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo  
9h — Música e informação  
10 — Reunião conjunta das comissões de Fiscalização e Controle e de Assuntos Econômicos  
14h15 — *Senado Notícias*  
14h30 — Sessão Plenária do Senado  
19h — *A Voz do Brasil*  
20h — Música e informação  
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite  
23h — *Jazz & Tal*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

## Crime sexual contra criança pode ser tido como hediondo

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) pediu o apoio dos demais senadores para aprovação de projeto de sua autoria que inclui na relação dos crimes hediondos os crimes sexuais praticados contra crianças e adolescentes. Segundo o parlamentar, esse tipo de delito vem “aumentando assustadoramente” no país, atingindo todas as classes sociais e assumindo formas cada vez mais diversificadas de manifestação.

Para ilustrar o avanço da violência contra crianças e adolescentes no Brasil e no mundo, Patrocínio informou que, conforme estatísticas norte-americanas, pelo menos 1% da população infantil ou juvenil sofre algum tipo de violência.



Carlos Patrocínio pede apoio para o projeto de sua autoria

Como no Brasil há quase 50 milhões de crianças de até 14 anos, “isso significa que 500 mil casos ocorrem ao ano, ou quase um por minuto”, avaliou.

— Estima-se que, em 70% dos casos, o agressor seja o pai ou a mãe biológicos, com 90% dos casos dessa violência acontecendo dentro de casa. Nos casos de abusos físicos, 60% são praticados pela mãe ou madrasta e, em abusos sexuais, mais de 90% dos registros trazem o padastro ou o pai como o acusado — salientou.

Patrocínio disse que a situação ainda é mais grave porque a criança ou o adolescente não costumam revelar o abuso sofrido, e às vezes demora anos para expor o caso. Além disso, explicou, a criança demanda um longo trabalho de delicadeza, paciência e determinação para revelar o ocorrido.

Ele observou que, se os crimes hediondos forem entendidos como aqueles que ferem, de maneira cruel e violenta, a integridade da pessoa humana e que desrespeitam os mais elementares princípios da convivência em sociedade, “não podemos ignorar a natureza torpe dos crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes”.

# Dutra: CPI da Corrupção já tem 26 assinaturas

Líder do Bloco Oposição disse não acreditar que pressões do governo possam levar algum senador a retirar sua assinatura

O Bloco Oposição já conseguiu colher 26 assinaturas de apoio ao requerimento de instalação de comissão parlamentar de inquérito destinada a apurar denúncias de irregularidades no governo federal. O anúncio foi feito ontem pelo líder

do bloco, senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Ele informou que o requerimento será encaminhado à Mesa tão logo seja conseguida a assinatura que falta — de acordo com o Regimento do Senado, são necessárias 27 para a criação de CPI. O senador disse não acreditar que pressões do governo possam fazer algum senador a retirar sua assinatura.



Dutra quer apresentar requerimento logo que obtiver última assinatura

— Eu nunca subestimei o poder do governo de abafar CPIs. Mas como não houve retiradas quando da CPI mista, não acredito que isso ocorra agora — afirmou.

Dutra conta com a pressão popular para fazer com que os líde-

res dos partidos governistas — PSDB, PMDB e PFL — indiquem os senadores que comporão a comissão. “Os senadores Sérgio Machado (PSDB-CE), Renan Calheiros (PMDB-AL) e Hugo Napoleão (PFL-PI) encerram seus mandatos em 2002 e podem ser influenciados pela opinião pública”, disse. O Regimento condiciona a instalação das comissões parlamentares de in-

quérito às indicações dos membros pelos líderes das bancadas.

Os depoimentos que serão prestados hoje pelo presidente do Banco Central, Armínio Fraga, e pela diretora de Fiscalização da instituição, Tereza Grossi, não devem trazer, na avaliação de Dutra, novidades na apuração das denúncias de tráfico de influência que pesam contra o ex-presidente do BC Francisco Lopes, em decorrência do episódio de ajuda aos bancos Marka e FonteCindam. Para Dutra, as conclusões da CPI dos Bancos, promovida em 1999 pelo Senado, indicaram graves irregularidades na operação.

— Mas o Senado resolveu rasgar o relatório da CPI ao aprovar a indicação de Grossi para a diretoria do Banco Central — lamentou.

## Gilvam Borges lamenta ocorrência de casos de corrupção no Amapá

Ao comentar o resultado da avaliação anual sobre o Índice de Percepção da Corrupção, feita pela organização não-governamental Transparência Internacional — que colocou o Brasil como o 49º país entre os 90 avaliados —, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) lamentou que o Amapá também esteja envolvido em desvio de verbas públicas. Ele destacou que o estado foi incluído entre os que cometeram irregularidades na aplicação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef).

— A má fama que ultrapassou

as nossas fronteiras atinge apenas o governador João Capiberibe, que não está conseguindo dignificar o seu mandato popular. Assim, por improbidade administrativa, em outras palavras, por trair a confiança popular e o juramento que foi obrigado a fazer no dia de sua posse, a Assembleia Legislativa o afastou do cargo por 180 dias, em virtude das graves denúncias que envolvem o seu nome em vultosos desvios de verbas do Fundef — afirmou.

O senador pelo Amapá lembrou que a decisão de afastar o governador contou com 14 votos favoráveis e 4 contrários. “O próprio governador reconhece o seu cri-

me administrativo e admite que parte das verbas do Fundef foi aplicada para viabilizar iniciativas diferentes das preconizadas originalmente”, acrescentou. Gilvam Borges reclamou das declarações de Capiberibe não reconhecendo a decisão da Assembleia Legislativa.

Para Gilvam, determinação do governador de continuar ocupando seu cargo e despachando normalmente “é uma atitude reprovável” e que tenta desmoralizar as instituições. “Como bom democrata que precisaria ser, não deveria hesitar em esperar, de maneira comportada, a decisão da Justiça”, opinou o senador, acrescentando que “quem não deve não teme”.

## Suplicy recebe carta de FHC negando ter conhecido lista

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou em Plenário o recebimento de uma carta do presidente da República em que afirma não ter tomado conhecimento da lista com os votos dos senadores na sessão secreta que cassou o mandato do então senador Luiz Estevão. Suplicy havia remetido uma carta a



Suplicy solicitou transcrição da carta nos Anais da Casa

Fernando Henrique Cardoso, que classificou de “irresponsável” artigo assinado pelo senador, publicado no *Jornal do Brasil*, sobre a violação do painel eletrônico do Senado.

Na carta, enviada no último dia 30, Fernando Henrique lembra que os senadores envolvidos no episódio negaram, perante o Conselho de Éti-

ca, que ele tivesse tido acesso à lista. Além disso, afirma o presidente, no mesmo dia em que pronunciou seu primeiro discurso sobre a questão, o então senador José Roberto Arruda (sem partido-DF) teria dito a ele, na presença dos ministros Aloysio Nunes, da Secretaria-Geral da Presidência da República, e Pedro Parente, da Casa Civil, que nada tinha a ver com a lista.

“Espero que Vossa Excelência não se aventure a novas suposições sem base, não condizentes com quem se pretende paladino da moral pública”, conclui o presidente. O senador solicitou que a carta conste nos Anais do Senado Federal.



Projeto de Geraldo Cândido está tramitando na CCJ

## Cândido propõe fiscalização mais rigorosa das urnas

Projeto apresentado pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ) propõe a fiscalização de todas as fases do processo de votação eletrônica nas próximas eleições. A preocupação com a lisura e a segurança da votação nas urnas eletrônicas motiva o projeto, que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O objetivo, de acordo com o senador, é trazer mais confiança ao sistema, que não permite a verificação da apuração das urnas através de recontagem e não deixa claro, para os partidos, candidatos e eleitores, o processo de computação e totalização dos votos.

Cândido sugere que os partidos e coligações possam fiscalizar todas as etapas da votação e da apuração das eleições, incluindo o preenchimento de boletins e o processamento eletrônico dos resultados. Ele quer que a Justiça Eleitoral disponibilize, com antecipação mínima de três meses, os chamados “programas-fonte” — programas de computador que são utilizados em todo o sistema e dão origem a cada “programa executável”.

O senador salienta em suas justificativação que, mesmo que um “programa executável” usado na votação eletrônica seja submetido a exaustivos testes, sempre haverá a possibilidade de haver *back-doors* (porta dos fundos) que permitam um acesso indesejado ao sistema. Tal hipótese, segundo Geraldo Cândido, diminuiria se fosse dado pleno conhecimento dos “programas-fonte”.

Assim, segundo o senador, haverá a possibilidade de os programas serem aperfeiçoados, recebendo críticas e sugestões. Pelo projeto, eventuais modificações nos “programas-fonte” poderão ser efetuadas até dois meses antes da data das eleições e os partidos políticos terão um prazo de até um mês antes das eleições para apresentar impugnações fundamentadas à Justiça Eleitoral.

O projeto prevê que os partidos e coligações poderão constituir sistema próprio de fiscalização e contratar empresas de auditoria de sistema credenciadas na Justiça Eleitoral para receber e processar os dados provenientes da apuração.

# Gilvam Borges elogia ações do Ministério do Meio Ambiente

Entre os programas desenvolvidos pelo Executivo para garantir a preservação dos recursos hídricos do país, o senador destacou a criação da Agência Nacional de Águas

Ao registrar o Dia Mundial do Meio Ambiente, a ser comemorado hoje, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) elogiou as ações do Ministério do Meio Ambiente, principalmente no que diz respeito à preservação dos recursos hídricos e das reservas florestais.

O senador destacou, entre as medidas adotadas pelo governo brasileiro para proteger as reservas hídricas do país, a criação da Agência Nacional de Águas e a instituição da Política Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos. As diretrizes e ações voltadas para o setor, informou o senador, são coordenadas pelo Ministério do Meio Ambiente. En-

tre os avanços obtidos pelo ministério, afirmou, está o Programa de Águas Subterrâneas, visando à integração das águas subterrâneas com as da superfície, e o Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas.

Quando à preservação das reservas florestais, destacou Gilvam Borges, o ministério elaborou o Programa Nacional de Florestas, visando equacionar a conservação das matas com a atividade de explo-



Gilvam também lembrou as iniciativas em favor das reservas florestais

ração florestal, que responde por 4% do Produto Interno Bruto (PIB) e por 8% das exportações.

Gilvam Borges ressaltou que a área de atuação do Ministério do Meio Ambiente é vasta, englobando ações que vão da qualidade ambiental nos assenta-

mentos à política de recursos hídricos e educação ambiental. Para garantir a eficácia e continuidade dos programas, o Fundo Nacional do Meio Ambiente é

orgão de fundamental importância na estrutura ministerial, afirmou o senador. O fundo destina recursos para diversos projetos, especialmente para os de recuperação de capoeiras com essências florestais amazônicas, de preservação de sítios arqueológicos em parques nacionais, de coleta seletiva de lixo e de reflorestamento.

Gilvam informou ainda que o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), com 20 anos de existência, foi reformulado por determinação do ministro José Sarney Filho, de forma a refletir sua legitimidade como órgão deliberativo da política ambiental.

## Jucá comemora MP que beneficia fundos de pensão

Relator de dois projetos referentes à previdência complementar aprovados recentemente no Senado, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) comemorou a decisão do presidente da República de editar medida provisória que transfere para a época do pagamento do benefício o imposto de renda



Jucá: Imposto de Renda será cobrado quando o benefício for pago

dos fundos de pensão. O dispositivo havia sido vetado em um dos dois projetos relatados por Jucá.

O senador explicou que essa é uma questão pendente há mais de uma década no país e significa dar às entidades fechadas de previdência privada o mesmo tratamento tributário garantido às abertas. Ou seja, deve-se garantir que o Imposto de Renda seja cobrado na hora do pagamento dos benefícios e não durante o período de acumulação da poupança.

Jucá informou que ações em julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) deixavam o sistema previdenciário complementar em desvantagem em relação ao sistema aberto, em razão da indefinição da lei. Disse também que bilhões de reais deixavam de ser poupados ou aplicados em inves-

timentos no país.

– Como relator, procurei encaminhar favoravelmente esse dispositivo, porque entendia, como entendo, que a bitributação dos fundos é um instrumento perverso para a competitividade.

Jucá informou que, em razão de discordâncias quanto à forma de definir o processo de diferimento tributário, o dispositivo foi vetado pelo governo, o qual fez questão de explicitar a prioridade que dá ao assunto, determinando a busca de mecanismo legal apropriado para definir o perfil tributário dos fundos, acabando com a bitributação.

Como relator dos dois projetos, Jucá se disse satisfeito com a decisão do presidente da República no sentido de, “urgentemente, por medida provisória, resolver uma pendência que se arrasta há mais de uma década nos tribunais”. Na opinião do senador, a definição adequada do perfil tributário dos fundos de pensão fará com que possam crescer e ampliar os recursos para investimentos a longo prazo, gerando alavancas para o desenvolvimento.

## Senador destaca importância da previdência privada

O senador e líder do governo na Casa, Romero Jucá (PSDB-RR), chamou a atenção para a importância dos fundos de previdência privada para que o país “deixe de ser escravo do curto prazo na área econômica”. Jucá ressaltou que os investimentos de longo prazo consolidam o amadurecimento de uma economia e não podem se limitar às fontes de financiamento estatal, o que, segundo ele, “é muito pouco para o tamanho e as necessidades da economia brasileira”.

Ao contrário do Brasil, onde os financiamentos de longo prazo sempre foram feitos pelas instituições financeiras do setor público, nos países desenvolvidos, lembrou Jucá, esse tipo de financiamento às empresas costuma ser dado principalmente pelos fundos de previdência. Ele destacou que os fundos são capazes de mobilizar grande quantidade de recursos, além de ser voltados a investimentos de longo prazo, uma vez que precisam se capitalizar para fazer frente a compromisso também de longo prazo, que é o pagamento de aposentadorias. E possuem perfil conservador porque seu compromisso não pode ser objeto de incertezas. Essas características, acrescentou, trazem benefícios ao mercado de capitais, ao aumento da poupança interna e à disponibilidade de recursos para empréstimos a longo prazo.

Jucá pretende que os fundos de previdência privada sejam tratados de maneira proporcional à relevância que possuem. O senador lembrou que, por conta da enorme soma de recursos que compõem os fundos, os governos sentem-se tentados, em situações emergenciais, a apropriar-se de parte desse dinheiro por meio de tributação mais elevada.

– Um ambiente macroeconômico saudável e um ambiente institucional adequado à proteção dos investimentos e dos investidores certamente levarão ao desenvolvimento dos fundos de previdência privada, o que trará conseqüências positivas para o crescimento econômico, sustentável e de longo prazo.

## Napoleão presta homenagem a Wilson de Andrade

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) registrou o falecimento do jurista, acadêmico e político Wilson de Andrade Brandão, ocorrido em 25 de abril. Nasceu em Teresina, em 14 de outubro de 1922, Wilson de Andrade graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Piauí, deixando vasta obra em Direito, Filosofia, Sociologia, História e Literatura.

Napoleão lembrou que Wilson de Andrade Brandão era respeitado como humanista e construiu sua carreira acadêmica com competência, exercendo os cargos de presidente do Instituto dos Advogados do Piauí, professor titular de Direito Civil e diretor da Faculdade Federal do Piauí.

## Maguito registra prosperidade de Jataí

Ao registrar o aniversário de 106 anos de emancipação política de Jataí (GO), o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) observou que, no momento de crise que o Brasil enfrenta, o município destaca-se pela prosperidade e desenvolvimento que alcança, deixando todos os cidadãos jataienses, como ele, honrados e envidados. Maguito manifestou sua esperança de que Jataí continuará crescendo em ritmo acelerado.

Segundo o senador, Jataí apresenta índices elevados de crescimento e está tornando-se um dos municípios catalisadores de novos investimentos.

## Quintanilha defende ações em favor do idoso

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) defendeu a adoção de ações concretas e urgentes na luta pela reinclusão social e valorização do idoso. O senador, que preside a Subcomissão Permanente do Idoso, disse que poucos conhecem a dimensão do problema no país, ressaltando que pouco tem sido feito para melhorar a situação desse segmento da população.

Quintanilha registrou o recebimento de correspondência de idosos de todo o país que reclamam do não-cumprimento das leis e do descaso das autoridades e da sociedade, que não apóiam o idoso e sua família na luta que travam “até pela sobrevivência”.